

CONSELHO GERAL DO IPL
ATA DA 9ª REUNIÃO EM 18 DE JULHO DE 2016

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e quinze minutos, nas instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), sito na Avenida Miguel Bombarda, nº 20, em Lisboa, deu-se início à 9ª reunião deste Conselho, convocada nos termos do número 5, do artigo 6.º do Regimento do Conselho Geral e conforme disposto na alínea a) do número 1, do artigo 18.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), homologados pelo Despacho Normativo n.º 20/2009, publicado no Diário da República, II série, n.º 98, de 21 de Maio, tendo como Ordem de Trabalhos (OT):

1. Receção e visita ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;
2. Informações;
3. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
4. Fixação das propinas para o ano letivo de 2016/2017;
5. Atraso na apresentação ao Conselho Geral das Contas Consolidadas do ano de 2015;
6. Apreciação da posição do IPL sobre o Contrato de Compromisso com a Ciência e Conhecimento remetido pela Tutela, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
7. Apreciação de um convite para participar numa reunião de Presidentes de Conselhos Gerais dos Institutos Politécnicos, tendo como Ordem de trabalhos: a) A designação dos Institutos Politécnicos e b) Atribuição do grau de Doutor no Ensino Politécnico.

Antecedendo a abertura dos trabalhos, a Senhora Presidente, Professora Doutora Ana Bettencourt, deu posse ao Doutor Duarte Cordeiro, eleito na última reunião, enquanto personalidade externa de reconhecido mérito.



De seguida deu-se início à reunião, nos termos que a seguir se referem:

1—RECEÇÃO E VISITA AO INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

No âmbito deste ponto da OT, a Presidência do ISCAL, na pessoa do seu Presidente, Professor António Trindade Nunes e dos seus Vice-Presidentes Professor Fernando Paulo Marques de Carvalho e Professor Pedro Miguel Baptista Pinheiro, deram as boas vindas aos membros do Conselho Geral e à Vice-Presidente do IPL, Professora Ana Cristina Miranda Perdigão.

A Senhora Presidente do Conselho Geral, Professora Doutora Ana Bettencourt, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Presidente do ISCAL a disponibilidade para acolher esta reunião do Conselho Geral do IPL.

O Senhor Presidente do ISCAL, por sua vez, saudou esta iniciativa e dirigiu ao Conselho algumas palavras de boas-vindas e de apresentação do Instituto, referindo que este foi criado em 19 de maio de 1759, pelo Marquês de Pombal, como Aula do Comércio. Em 1976, pelo Decreto-Lei n.º 327/76, de 6 de maio, o, então, Instituto Comercial de Lisboa, foi convertido em escola superior, tendo sido designado de Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Apesar das dificuldades, sobretudo ao nível dos recursos físicos de instalações o ISCAL tem desenvolvido um Ensino de grande mérito. Estas palavras foram reforçadas através da exibição de um vídeo onde ficou patente a diversidade e potencialidade das formações ministradas. Pela voz de diferentes intervenientes, ex-estudantes do ISCAL, foi reafirmado que a formação do ISCAL proporcionou diversas saídas profissionais conducentes ao sucesso profissional. Seguiu-se uma breve visita às instalações onde ficou patente as dificuldades presentes nas instalações.

Terminada a visita, foi verificada a existência de *quórum* pela assinatura da respetiva lista de presenças que faz parte integrante da presente ata (anexo 1), dando-se continuidade à OT.

2—INFORMAÇÕES

No contexto do ponto 2 da OT a Senhora Presidente tomou a palavra para dar conta que as comissões designadas pelo Conselho Geral estão a desenvolver os respetivos trabalhos, no entanto, nesta fase irá acontecer um pequeno interregno devido ao período de férias. Acrescentou que à Comissão de Revisão dos Estatutos têm chegado alguns contributos e que estes serão incorporados no texto quando forem consensuais e quando tal não acontecer virão à discussão deste órgão. O documento a aprovar em sede de Conselho Geral será submetido a nova apreciação das Unidades Orgânicas (UO), vindo de novo para provação final deste Conselho. Ainda, informou que Provedora do Estudante entregou o relatório de atividades.

Foram prestadas informações pelos Professores Osvaldo Caldeira e Carlos Nunes relativamente às instalações do ISCAL. O primeiro fez notar que o ISCAL não dispõe, nomeadamente de WC para deficientes e salas de professores e de reuniões e o segundo observou que, apesar das deficiências das instalações, é de reconhecer o trabalho de mérito realizado na Instituição.

Assim, e na sequência do observado na visita, este Conselho reconhece a premência de o ISCAL ter novas instalações, aprovando uma recomendação a dirigir ao IPL, no sentido de reforçar a necessidade de construção do novo edifício e que essa construção se inicie o mais rapidamente possível.

3—LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Considerando que a proposta de ata foi previamente disponibilizada a todos os Conselheiros, e tendo apenas havido duas precisões de português, apresentadas por dois conselheiros e integradas na ata final, a Senhora Presidente perguntou aos presentes se concordavam que não se efetuasse a sua leitura integral. Obtendo consentimento para tal, submeteu a ata à aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes na reunião a que dizia respeito (8.ª Reunião).

AM
ATA

4—FIXAÇÃO DAS PROPINAS PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017

A Senhora Presidente do Conselho Geral solicitou à Professora Ana Cristina Perdigão, Vice-Presidente do IPL para apresentar a proposta remetida pelo IPL para o valor das propinas para o ano letivo de 2016/2017 (anexo 2 à presente ata e que dela passa a fazer parte integrante), complementada, no que respeita ao ISCAL, pela Adenda I (relativa à fixação das propinas e descontos financeiros aos alunos de 2.º Ciclo com mais de uma inscrição na Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de estágio e/ou que solicitem a prorrogação anual) remetida por esta Unidade Orgânica e que se anexa à presente Ata passando a fazer parte integrante da mesma. A senhora Vice-Presidente tomou a palavra, referindo que o documento em referência propõe o valor das propinas para os diferentes ciclos de estudos das diferentes UO e que se trata de uma proposta aprovada em sede de Conselho Permanente. Passou-se a um período de discussão, tendo tomado palavra os seguintes conselheiros:

O Estudante Luis Castro felicitou o IPL por manter o valor das propinas, dando conta de uma gafe na identificação/designação do ISCAL, após o que entendeu sugerir algumas alterações, a saber:

- a) Alargar a todas as UO (e não só ao ISCAL) o desconto de 5% para estudantes que paguem na totalidade a propina no ato da matrícula;
- b) Aumentar o número de prestações de cinco para seis para pagamento das propinas (esta foi a proposta da FAIPL, que não foi tida em consideração);
- c) Distribuir os momentos de pagamento de forma mais uniforme, por exemplo, a 1ª prestação ser paga em setembro, a 2ª em novembro e as outras então no ano civil seguinte -até agora somente a 1ª prestação é paga no ano civil da matrícula, sendo todas as outras no ano civil seguinte- facto que traz dificuldades acrescidas aos estudantes.

A estas sugestões a Professora Ana Cristina Perdigão argumentou que:

- a) Quanto ao desconto, a questão não se colocou pelo caráter residual do pagamento numa única prestação;
- b) Mais prestações têm custos de operação associados, acrescentando, ainda, que os estudantes podem, caso tenham dificuldade no pagamento da propina, expor a situação à respetiva Presidência e solicitar o pagamento em prestações, através da celebração de um acordo de Pagamento.

Face ao exposto, a Senhora Presidente do Conselho Geral do IPL propôs ao Conselho Geral que, para efeitos de operacionalidade, se:

- a) Submetesse à aprovação do Conselho a proposta do valor das propinas apresentada pelo IPL, considerando, para estes efeitos, a Adenda como parte integrante da mesma.
- b) Recomendasse ao Senhor Presidente do IPL que, estando fixados os valores das propinas a praticar, a proposta apresentada para o ano letivo de 2016/2017 seja reformulada, contemplando as sugestões acima mencionadas.

Obtida a concordância unânime dos presentes quanto ao procedimento, a Senhora Presidente submeteu a proposta de fixação das propinas para o ano letivo de 2016/2017 à aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

5—ATRASO NA APRESENTAÇÃO AO CONSELHO GERAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2015

A Senhora Presidente do Conselho Geral deu conta da situação, referindo-a como muito desagradável. De seguida passou a palavra à Professora Ana Cristina Perdigão que informou existir um diferendo antigo com o Fiscal Único quanto à remuneração pelo trabalho desenvolvido. No entanto, referiu que as Contas entregues no Tribunal de Contas, apesar de não serem certificadas, não têm sido alvo de qualquer reparo, bem como por parte das auditorias externas, crendo que não existem quaisquer problemas de transparência das contas. Quanto ao Fiscal Único, houve renúncia de contrato, pelo que terá de se abrir novo procedimento para preenchimento deste lugar.

lu
OMM



A Senhora Presidente do Conselho Geral mencionou estar satisfeita por tomar conhecimento que as Contas não têm apresentado problemas. No entanto, frisou ser competência deste órgão «*aprovar as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do fiscal único*».

Neste contexto, foi proposto por alguns Conselheiros e pela Senhora Presidente que todos os documentos em falta relativos a situações anteriores sejam elencados e trazidos a este Conselho para aprovação, de modo a que tudo possa ficar conforme.

Foi ainda aprovada, por unanimidade uma recomendação (anexo 3) para que todos os documentos a aprovar por este Conselho passem a ser apresentados no prazo estabelecido ou, não sendo, seja devidamente justificado o incumprimento dos prazos estabelecidos.

6—APRECIÇÃO DA POSIÇÃO DO IPL SOBRE O CONTRATO DE COMPROMISSO COM A CIÊNCIA E CONHECIMENTO REMETIDO PELA TUTELA, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A Professora Ana Cristina Perdigão explicou o porquê da não assinatura do Contrato supra mencionado e informou os presentes que os Institutos Politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra justificaram a não assinatura à Tutela (anexo 4).

Relativamente a esta questão, a Senhora Presidente do Conselho Geral referiu que este Contrato acentua a separação entre Ensino Politécnico e Universitário e que a não assinatura não está, ao contrário do que foi veiculado pelo Senhor Ministro, somente e/ou principalmente, relacionada com divergências financeiras, mas sim com o acentuar da segregação do sistema de Ensino Politécnico.

O Doutor João Carlos Rodrigues questionou qual poderia ser o impacto desta medida. A Professora Ana Cristina Perdigão respondeu que, em princípio, nenhuma.

O professor Alfredo Dias fez notar que a “saída” destes três Politécnicos do CCISP está a ser aproveitada publicamente para passar uma ideia desajustada, pelo que se torna de extrema importância clarificar publicamente a posição dos três Politécnicos, de forma imediata e conjunta. Questionou ainda os presentes sobre o que poderia ser feito em sede de Conselho Geral para reforçar a posição do Ensino Politécnico. Em resposta, a Senhora Presidente do

Conselho Geral informou que os três Politécnicos estão a preparar uma resposta conjunta e adequada.

O Professor Paulo Morais referiu que esta forma de olhar o Ensino Politécnico está patente nas mais diferentes ações do Ministério. Informou que recentemente houve a visita do Professor Eduardo Beira, coordenador do grupo de trabalho de Valorização do Ensino Politécnico, tendo revelado um total desconhecimento da realidade dos institutos politécnicos, demonstrando ter ideias preconcebidas, afirmando estar em total sintonia com o Senhor Ministro relativamente à valorização do Ensino Politécnico. Informou, ainda que vão ser alteradas as regras de acesso ao ensino superior e que as alterações vão no sentido de estabelecer regras diferentes para entrada nos politécnicos e universidades.

O Professor Carlos Nunes afirmou que enquanto o Ensino Politécnico não puder atribuir o grau de Doutor estará sempre em desigualdade. Propôs que se fizesse uma ação pública, um "endosso público" através de recolha de assinaturas, de forma a apoiar a tomada de posição dos três politécnicos, não sendo uma petição a favor ou contra, mas sim para dar legitimidade à negociação. A Professora Ana Teresa Machado concorda com uma tomada de posição pública.

O Professor André Sendin partilhou o facto de os três Politécnicos terem encomendado um estudo sobre os cursos ministrados nos dois subsistemas e que as conclusões apresentam uma grande mancha de sobreposição de cursos (designações e conteúdos) e que houve uma maior invasão do espaço politécnico pelas universidades do que o contrário. De notar, que a aprovação de cursos é da responsabilidade da Tutela e que esta se tem mantido indiferente à abertura de formações sobrepostas.

O Estudante Luís Castro refere que o estudo em questão deveria ser divulgado e reforça a importância da vinda do Senhor Ministro ao IPL, de modo a que possa tomar conhecimento da realidade do IPL.

O Professor Arnaldo Abrantes refere que tem de se defender um sistema unitário inequivocamente.

O Professor Luis Madureira lembra que os Politécnicos não podem conferir Doutoramentos no entanto, pelo menos nas Artes, foram os Professores do Politécnico que foram lecionar no 3.º ciclo das Universidades. Esta situação foi corroborada pelo Professor Carlos Nunes que partilhou o facto de os Professores do ISCAL terem participado ativamente na atribuição do grau de mestre no ISCTE, tendo sido dispensada a parceria do ISCAL quando adquiriram *know-how*.

O Professor Alfredo Dias reforça a ideia que apresentou na reunião anterior, isto é, da necessidade de o IPL organizar um evento científico que, de alguma forma, contribua para que a Tutela conheça o IPL. O Professor José Cavaleiro Rodrigues corrobora esta proposta e afirmou a relevância de convidar personalidades com visões diferentes, de países com realidades distintas, como contributo para a reflexão.

Para terminar, o Professor Fernando Sousa referiu que há que repensar o Politécnico, tendo proposto que proximamente se discuta neste Conselho o afastamento do IPL do CCISP, vantagens e desvantagens.

A Senhora Presidente do Conselho Geral respondeu a algumas das questões decorrentes das exposições anteriores e realizou uma breve súpula das mesmas. Sobre o estudo realizado informou que o Politécnico do Porto vai organizar um seminário sobre o assunto. Quanto à fusão dos dois sistemas de ensino pensa que não deveria gerar qualquer constrangimento, pois trata-se de um assunto muito discutido ao nível da UE.

A atribuição de doutoramentos é uma evolução natural. Acresce que, esta posição foi corroborada pelo Presidente da A3es e pelo próprio Ministro, durante a sua visita ao Instituto Politécnico de Leiria, tendo recuado em momento posterior. No entanto, alerta para a necessidade de evitar um confronto com as universidades, sendo seu entendimento que tem de haver pedagogia na informação a passar, tentando chamar a atenção da Tutela para o que está em causa, para esta esteja aberta a fusões, junções ou outra que se aplique.

Nada mais havendo a acrescentar sobre a matéria, a Senhora Presidente do Conselho Geral colocou à votação o apoio à posição do IPL vertida no documento relativo à questão do

Contrato (anexo 5). O mesmo foi aprovado por unanimidade com recomendação que deve haver uma tomada de posição conjunta, se possível, dos três Institutos Politécnicos às declarações do Ministro.

7—Apreciação de um convite para participar numa reunião de Presidentes de Conselhos Gerais dos Institutos Politécnicos, tendo como Ordem de trabalhos: a) A designação dos Institutos Politécnicos e b) Atribuição do grau de Doutor no Ensino Politécnico.

Foi aprovada por unanimidade a participação da Sr.^a Presidente do Conselho Geral na reunião supracitada.

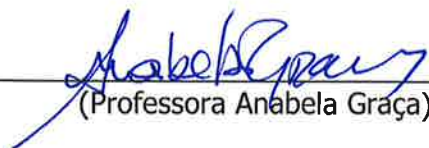
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13 horas e 30 minutos, lavrando-se a presente ata com tudo o que de relevante nela se passou.

A Presidente do Conselho Geral,



(Professora Ana Maria Bettencourt)



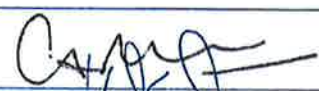

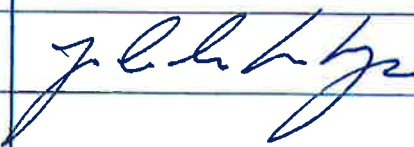

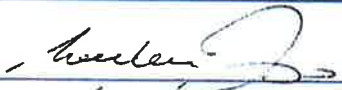


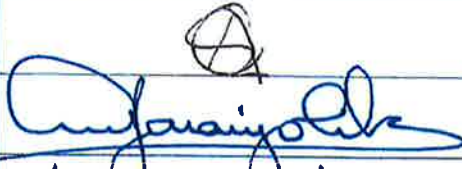
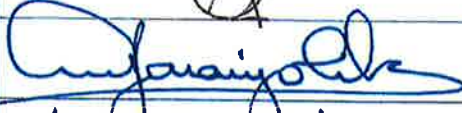

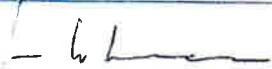
A Secretária,

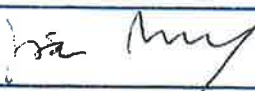


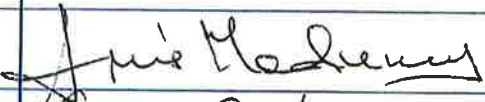
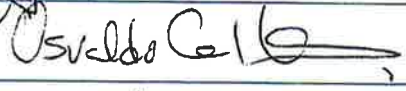
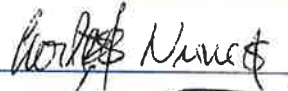



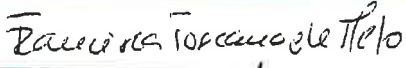

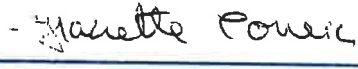


(Professora Anabela Graça)

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL
18 DE JULHO DE 2016

LISTA DE PRESENCAS

N.º	Presidente	Assinatura
1	Ana Maria Dias Bettencourt	
MEMBROS COOPTADOS		
2	Alberto Arons Braga de Carvalho	
3	José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro*	
4	Carlos Alberto Baptista da Costa	
5	Ezequiel António Nunes Fernandes	
6	Gerhard Otto Doderer*	
7	João Carlos Carmo Lopes Rodrigues	
8	Jorge Sales Gomes	
9	Luís Manuel Marques Soberano da Silva Barata	
10	Pedro Daniel de Sousa Couto Soares	
REPRESENTANTES DOS DOCENTES		
11	Alfredo Gomes Dias	
12	Ana Teresa Martins Machado	
13	Anabela Rodrigues da Graça	
14	André do Couto Sendin	
15	António Carlos Laranjo Silva	
16	Arnaldo Joaquim de Castro Abrantes	
17	Fernando Manuel Gomes de Sousa	

N.º	Presidente	Assinatura
18	João Manuel dos Santos Rosa	
19	João Manuel Neves Vaz	
20	José Manuel Cavaleiro Rodrigues	
21	José Manuel Peixoto do Nascimento	
22	Luis Maria Lopes Madureira	
23	Osvaldo Caldeira em substituição de Maria de Fátima Simões Monsanto	
24	Carlos Manuel Silva Nunes	
25	Paulo Jorge Morais Alexandre	
26	Rui Manuel Pais de Almeida	
27	Vera Maria Guimarães de Vasconcelos Amorim e Rodrigues de Almeida	
REPRESENTANTES DOS DISCENTES		
28	Daniel Alexandre Coelho de Oliveira	
29	Daniel Alexandre Pires Monteiro	
30	Francisca Melo	
31	Luis André Fernandes Castro	
32	Artur Zé-Senhor	
REPRESENTANTE DOS NÃO DOCENTES		
33	Graciete Pinto Correia	

* Falta justificada